

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM MANAUS/AM: LEGISLAÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E A REVERBERAÇÃO NO COTIDIANO DOS ALUNOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL**

Bruna Gabriela da Silva Holanda Mateus <sup>1</sup>

### **RESUMO**

A presente pesquisa, de modo geral, objetiva analisar as legislações que asseguram os direitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola municipal de Manaus. Como objetivos específicos, busca-se pesquisar os avanços e os retrocessos na EJA; verificar os desafios relacionados a atualização dos documentos norteadores da EJA; apresentar as reverberações no cotidiano dos alunos da EJA. Tendo em vista as questões supracitadas, elege-se o seguinte problema de pesquisa: como as legislações asseguram os direitos da Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública de Manaus? Como referencial teórico, estão sendo utilizados: Beisiegel (2004); Coelho (2022); Fávero (2006); Freire (1967); Ginzburg (1989); Haddad, Di Pierro (2000); Rodrigues (2006); Soares (2002); Severino (2016). A produção é de caráter documental, abordagem qualitativa e quanto ao método, optou-se pelo Paradigma Indiciário, de Ginzburg (1989). Como resultados parciais, a pesquisa encontra-se em desenvolvimento, sendo possível observar as diversas preocupações em torno da temática, já que as iniciativas sobre a escolarização de jovens e adultos estão presentes desde o período imperial, ganhando contornos mais efetivos a partir de 1940. Por meio da análise documental e da observação participante, pontuam-se retrocessos como a desatualização dos documentos norteadores (regimento e referenciais curriculares) a não contemplação da modalidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a descontinuação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), de 2019 a 2022 e o descompromisso na efetivação de políticas públicas que amparam o acesso e a permanência dos estudantes, transporte escolar e materiais didáticos, etc. Pontuando os avanços, têm-se a Constituição de 1988 e a LDB 9394/96 com a determinação dos artigos 37 e 38 que preconizam a EJA como direito de todo cidadão, além das campanhas de alfabetização. A fim de continuar a investigação, nos próximos meses serão realizadas entrevistas no atual campo de pesquisa.

**Palavras-chave:** EJA, Legislação, Políticas Públicas, Manaus.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, bgdshm.ped21@uea.edu.br;

